

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE LICENCIADOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA ÁREA NÃO-ESCOLAR: AÇÕES E IMPLICAÇÕES.

LEONARDO COELHO DE DEUS LIMA
ANA PAULA SOARES DE ANDRADE
ANA MARIA DA SILVA RODRIGUES
Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil
leonardoufpi@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Notavelmente, a musculação é um campo da área não-escolar que recebe muitos estagiários de Educação Física, sejam oriundos da licenciatura ou do bacharelado. Todavia, em se tratando de alunos de licenciatura entende-se que os mesmos devam seguir a carreira escolar. Mas o que se observa no âmbito das academias de Teresina-PI, é que muitos profissionais atuam em área a qual não tem formação.

A formação e a ação do profissional de Educação Física é um tema que desperta grande interesse nos pesquisadores da área (GHILARDI, 1998; MARTINS E BATISTA, 2006; SILVA, 2011). Esta é uma preocupação relevante na produção do conhecimento na área da educação física, pois a graduação é dividida em duas modalidades: licenciatura e bacharelado.

Os currículos dos cursos de preparação profissional em educação física diferenciam a preparação e atuação profissional entre licenciatura e bacharelado. A licenciatura está voltada para a formação de profissionais para exercerem a docência no ensino básico enquanto o bacharelado capacita e habilita o graduado a atuar na área da saúde, como: musculação, SPAs, clínicas, hotéis, clubes, dentre outros (GHILARDI, 1998).

Diante deste contexto, alguns questionamentos são levantados quando o tema é abordado, como: o licenciado pode atuar na área do bacharel? O bacharel pode atuar na área do licenciado? Sabendo que o campo da musculação é um dos que mais recebe graduandos e graduados, estarão os licenciados habilitados e capacitados para atuarem neste campo?

O presente trabalho teve por objetivo identificar o perfil dos licenciados, formados em 2011 que atuam na área da musculação; entender a relação entre formação e atuação profissional destes sujeitos e, ainda conhecer os motivos que os fizeram atuar na musculação.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, pretendeu conhecer a relação entre formação e a atuação profissional dos licenciados em Educação Física, formados em 2011 pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); buscando conhecer o perfil destes sujeitos e analisar o(s) motivo(s) que os influenciaram a atuar na área não-escolar, especificamente em musculação, considerando que a licenciatura prepara para o mercado escolar.

Sobre o tipo de pesquisa, Thomas & Nelson (2002) acreditam que a característica mais significativa da pesquisa qualitativa e descritiva é o conteúdo interpretativo em vez de uma preocupação excessiva sobre o procedimento. Portanto, a análise dos dados ocorreu mediante interpretação das respostas concedidas pelos entrevistados com vistas a descrever e conhecer a realidade em foco.

A população deste estudo refere-se a todos os graduados em Educação Física da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no primeiro e segundo semestre de 2011, que trabalham na área não-escolar (musculação). A musculação foi o campo escolhido, justamente pela percepção de que é um dos campos da área não-escolar que mais recebem estagiários, conforme Ramos *et al* (2008) que apontam as academias de musculação como sendo a tendência do mercado de trabalho em Educação Física.

O procedimento de seleção ocorreu a partir da listagem dos licenciados em Educação Física pela coordenação do curso e posterior averiguação daqueles profissionais que atuavam,

trabalhavam em academias, com musculação. Assim, a amostra foi constituída por 12 licenciados, sendo 6 mulheres e 6 homens. A média de idade é de 23,8 anos de idade, todos concluíram o curso em 4 anos, sendo 10 sujeitos naturais de Teresina - PI, 1 de Campo maior - PI e 1 de Imperatriz - MA.

Após a identificação destes profissionais, fora aplicado um questionário contendo questões relacionadas ao tema, repassado aos participantes via e-mail, por onde também foram devolvidos devidamente respondidos.

Quando questionados sobre o tempo que atuam na área não-escolar, incluindo-se a época de estágio, as respostas vão desde há poucos meses até cinco anos, o que mostra que este sujeito já ingressou no curso trabalhando em academia. A média de atuação, portanto, ficou em 27 meses, ou seja, aproximadamente dois anos, tempo em que estavam cursando o quarto período do curso e que, legalmente, não podiam nem mesmo realizar estágio extracurricular. A resolução do CONFEF nº 024/2000 dispõe em seu Art. 1º que o estágio não obrigatório deve acontecer a partir do quinto semestre da graduação em educação física, estando o aluno regularmente matriculado e com efetiva frequência.

Complementando esta questão, procurou-se compreender os motivos pelos quais os sujeitos passaram a atuar na área não-escolar. Ao serem indagados pelos motivos pelos quais atuam na área, a metade (50%) respondeu que se identifica com a área não-escolar (musculação), seja por gostar da área ou sentir afinidade com o trabalho desempenhado. Por outro lado, alguns (33,3%) responderam que atuam na área pela facilidade em conseguir emprego, talvez por terem mais acesso ao ambiente de trabalho da área não escolar, visto que para atuar em academia, muitas vezes, a seleção é feita por meio do currículo, enquanto que na área escolar pública é necessário ser concursado, o que dificulta o ingresso nesta área, como demonstra os fragmentos abaixo. No entanto, alguns ainda acreditam que é uma área mais bem remunerada que a escolar, em especial, ao atuar como *Personal Training*, como apontam os sujeitos.

Diante das respostas surge um fato interessante, visto que, mesmo a maioria se identificando com este campo de atuação profissional, eles diferenciam duas atuações: o professor de musculação (vinculados à academia) e *personal training*; considerando a segunda atuação mais cômoda e melhor financeiramente que a primeira.

Quando questionados se sentiram dificuldades ou não na prática profissional na referida área, as respostas foram equilibradas, tendo 50% respondido que sentiram dificuldades por considerarem que o curso de licenciatura em Educação Física da UFPI não prepara adequadamente o aluno para atuar na área não-escolar. E os outros 50% responderam não sentir dificuldades, pois alegaram que a experiência prática os ajudou no processo de adaptação. São fatores externos ao curso de formação, principalmente ao fato de considerarem o trabalho com musculação mais fácil, com método mais definido e padronizado e até mesmo de se sentirem motivados para buscar a superação, através de estudos individualizados, cursos e ajuda dos amigos.

Quando questionados em que momento começaram a se identificar com a área não-escolar, 91,6% responderam que foi durante a graduação, por experiência vividas principalmente por meio de estágios não obrigatórios (extracurriculares) e desmotivados pelo estágio supervisionado curricular, que mostrou uma realidade de atuação mais complexa. A maior facilidade de estágio na área não-escolar (esse tipo de estágio nas escolas são inviáveis) acaba aproximando os alunos desta área, e as experiências adquiridas gera a identificação e desperta o interesse dos licenciandos em atuar na musculação após formados.

Logo, é importante que a experiência do estágio extracurricular ocorra na área da modalidade de formação, ou licenciatura ou bacharelado, como preconiza a Lei do Estágio, nº 11.788 de 2008, em seu Art. 1º, § 2º expõe que “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

Martins e Batista (2006) salientam que o estágio extracurricular é um momento de muito aprendizado e influência para o aluno, sendo importante que ele atue com profissionais experientes e competentes nas áreas de sua atuação.

Em estudo sobre estágio extracurricular Goetze (2007) apontou que 47,7% dos sujeitos de sua pesquisa estão atuando na mesma área de atuação onde fora realizado o estágio extracurricular. Corroborando com a percepção de que há grande influência desta experiência para a futura escolha profissional.

Neste aspecto, 75% dos licenciados concordam que o curso de licenciatura em Educação Física da UFPI não prepara adequadamente o aluno para atuar na musculação, enquanto 25% afirmaram haver certa preparação durante a graduação. Observa-se o descompasso entre a preparação profissional e a atuação, pois ao atuarem na área não-escolar, mais acessível, não há suporte teórico-metodológico suficiente para contemplar uma fase mais imediata de necessidade de emprego após a formatura. Os sujeitos afirmam que algumas disciplinas voltadas para o treinamento e a saúde como ginástica, fisiologia, cineantropometria e treinamento desportivo abordam questões relativas ao trabalho em academia, mas de forma superficial.

Quando questionados se se consideram satisfeitos com a função que exercem, 50% responderam que sim, mesmo sendo de maneira parcial, pois consideram-na cansativa e desejem a melhoria salarial. Contudo, 33,3% se mostraram insatisfeitos com a função que exercem por não fornecer estabilidade profissional. Outros 16,7% se consideram pouco satisfeitos com a função que exercem, devido a falta de formação apropriada.

Então, analisando a questão, mesmo a maioria tendo indicado ter satisfação com a prática profissional, esta é uma informação que deverá ser mais aprofundada, pois se percebe grande percentagem de insatisfação, pois mesmo os que se consideram satisfeitos demonstraram algum desconforto.

Ao serem questionados se pensam em continuar e investir na área, 50% deles responderam que sim, pretendem, por exemplo, cursar especialização, mas desde que seja atuando como *personal training* ou empresário – áreas mais rentáveis e autônomas.

Por outro lado 33,3% afirmaram não pretender e 16,7% talvez permaneça e invista na área. Estes sujeitos apontam o desejo de enveredar na área escolar e que a permanência na área não-escolar é uma questão de necessidade financeira imediata. Esta perspectiva está relacionada a busca de estabilidade no emprego, que a academia não oferece.

Talvez em busca desta estabilidade a docência foi a atuação mais almejada pelos licenciados. Portanto, mesmos a maioria dos licenciados tendo respondido que atuam na área por identificação, a maioria se mostra insatisfeita com a função que exerce na academia.

Quando indagados se consideram a área lucrativa, 83,3% responderam que sim. Por considerarem a área lucrativa, estes licenciados mostram que o motivo da insatisfação demonstrado na questão anterior, talvez não seja por questões salariais. Enquanto 16,7% não consideram a área não escolar (musculação) lucrativa. Um desses sujeitos afirma ser um trabalho desigual, pois alguns recebem muito e outros bem pouco, mostrando que há lucratividade na área para alguns, mas para a maioria a remuneração ainda não é a almejada.

A maioria dos licenciados se identifica com a área de atuação, considera a área lucrativa, mas não se sente satisfeito com a função que exerce. Robbins (2002) considera que o ambiente econômico-financeiro e a identificação do trabalhador são fatores que influenciam a satisfação no trabalho. Portanto, se o profissional atua na área que gosta, acredita que a área é bem remunerada, mas está insatisfeito com a função, provavelmente a valorização do seu trabalho não esteja sendo atingida, faltando o reconhecimento (profissional e financeiro) que entendem merecer.

Percebe-se que quando se trata de valorização do profissional que trabalha na musculação existem duas vertentes: o professor da academia, que é bem menos valorizado financeiramente, e o *personal training*, que consegue melhor remuneração conforme seja mais qualificado e competente, portanto, é necessário investimento para se alcançar o devido valor.

Questionados sobre a ordem de preferência em campos de atuação da Educação Física, 41,6% almeja a carreira docente no ensino superior; 33,3% preferem atuar em academias, clubes, escolinha, clínicas, ou seja, área não-escolar; 16,7% afirmaram ter preferência pela docência no ensino básico da rede pública e apenas 8,4% optaram por outros campos de atuação fora da área da educação física. O fato da docência no ensino superior ter sido a mais desejada demonstra que estes alunos não são avessos a área escolar.

Nenhum participante deste estudo optou preferencialmente pela docência no ensino básico da rede privada. E 41,6% elegeram esta atuação como sendo a última opção, o que ratifica o desinteresse dos mesmos pela área mencionada. Fato curioso que tanto o campo mais almejado (docência no ensino superior) como o menos (docência no ensino básico privado) estão relacionados a área escolar. Sendo talvez pelo retorno financeiro o motivo desta oposição, já que normalmente os professores de Instituições de Ensino Superior são melhores remunerados e legitimados.

Quando perguntados se acreditam que o licenciado possa atuar na área não-escolar, 91,6% responderam que sim. Ao afirmarem esta condição, as respostas mostram que é por considerarem a educação física um campo vasto de atuação profissional; por o aluno poder se preparar tanto em estágios extracurriculares como em cursos da área não-escolar; e ainda se, após formados, se mantiverem atualizados e preparados profissionalmente nesta área.

Esta resposta pode ser ratificada pelo pensamento de Martins e Batista (2006) que acreditam que o profissional de Educação Física pode atuar nas duas áreas: escolar e não-escolar. Por sua vez, Gaya (2009) defende a formação única do profissional de educação física e que o mesmo possa atuar em ambas as áreas. No entanto, embora concordemos com essa possibilidade, legalmente há a divisão entre as áreas, tanto na formação (bacharelado e licenciatura) quanto na atuação (escolar e não-escolar), conforme CONFEF (2002).

É importante saber até que ponto essa resposta tem validade, já que inúmeras causas foram acionadas na justiça sobre atuação do profissional de licenciatura e bacharelado em Educação Física. Há um enorme imbróglio na esfera jurídica sobre as possibilidades de atuação do profissional licenciado em educação física. E em caso de indeferimento, os licenciados não poderão atuar na área do bacharel e vice-versa.

Somente 8,4%, que corresponde a um sujeito, respondeu que o licenciado não pode atuar na área não-escolar, alegando que a universidade não prepara o licenciando para atuar na área não escolar.

Quando inquiridos se gostariam de trabalhar em escolas, as respostas foram equilibradas, o que ratifica o questionamento antepassado, no qual os participantes da amostra demonstraram não ter total aversão pela área escolar.

Sendo talvez pelas oportunidades na carreira, o motivo do afastamento da área escolar e aproximação da área não escolar (RAMOS, 2002). A possibilidade do estágio não obrigatório (extracurricular) ser o principal responsável por esta aproximação cresce, pois por atuarem na área não-escolar através deste tipo de estágio conseguem ter vivência maior na área, o que é refletido ao concluírem a graduação e ingressarem profissionalmente na área. Somente 2 sujeitos, que constituem 16,7% mostraram repulsa e até certo preconceito e desconhecimento pela área escolar, afirmando que só se fosse para morrer de fome e de estresse e o outro que somente trabalharia mediante a garantia proporcionada pelo concurso.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, os conteúdos da Educação Física são: jogos, ginástica, esportes, lutas, atividades rítmicas e expressivas, e conhecimento sobre o corpo (BRASIL, 1997). Assim para se lecionar em escolas é importante que seja um professor generalista e não um especialista, pois para Faria Júnior (1993, p.235) "A formação geral proporciona uma visão muito mais ampla e flexível do que a oferecida pelo saber técnico no sentido profissional".

Talvez pela importância de se ter um conhecimento holístico para se atuar na área escolar, muitos formandos acabam enveredando pela área não-escolar, área no qual muitas vezes somente o saber técnico é necessário. Por este fato, alguns sujeitos mostram completa

aversão pela área escolar, como foi mostrado anteriormente. E provavelmente esta aversão seja um reflexo da formação em que estes sujeitos tiveram, na qual o saber técnico é mais valorizado que o teórico/filosófico.

Pelo fato de não se interessarem em ter uma formação geral, abrangente, muitos alunos não se sentem motivados em atuar na área escolar, esta aversão à área escolar por alguns sujeitos da pesquisa, talvez seja um espelho da formação que tiveram enquanto estudantes do curso.

Sabendo que os cursos de licenciatura visam, eminentemente, a formação de professores para exercerem a docência, procurou-se saber o que os motivou a atuar na musculação. Analisando as respostas concedidas, percebe-se que os licenciados estão atuando em academias pela oportunidade de emprego, pela facilidade na prática profissional e pela necessidade financeira, mas mesmo gostando da área a maioria não pretende continuar e investir na mesma, estando em busca de estabilidade profissional que somente empregos da área escolar podem oferecer.

O que se observou é que a área não-escolar permite acesso ao aluno para estagiar, mesmo sendo licenciando, dado comprovado na primeira questão, em que os licenciados afirmaram ter experiências, ainda como estagiários, na área não escolar (musculação). Segundo a lei do estágio (BRASIL, 2008), o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. Deve, então, ser compatível com a programação curricular estabelecida para cada curso.

Como exemplo de estágio curricular não obrigatório em docência, o Programa Institucional de Bolsa e Incentivo a Docência (PIBID) financiado pela CAPES, é considerado experiência de sucesso para a preparação do futuro professor, pois tem como objetivo principal oportunizar aos estudantes de licenciatura, ainda na graduação, a experiência prática na área escolar, para que possa aplicar a teoria aprendida na universidade à prática profissional, gerando assim, a práxis de maneira orientada.

O sucesso neste tipo de experiência, segundo Dewey (2010) proporciona situações para que os educandos sintam-se estimulados para permanecerem na área de atuação. Contudo o insucesso neste tipo de experiência tende a afastar o educando da área de atuação, como é o caso do estágio supervisionado curricular, referido por alguns dos sujeitos desta pesquisa.

Ainda o mesmo autor afirma que “o problema central de uma educação baseada na experiência é selecionar o tipo de experiências que continue a viver frutífera e criativamente nas experiências subseqüentes” (DEWEY, 2010, p. 29).

Logo, exemplo de programas como o PIBID, que proporcionam aos estudantes vivência na área escolar são profícuos, pois afloram o interesse dos licenciandos pela área de formação.

CONCLUSÃO

Diante do que se propôs neste estudo, o perfil dos sujeitos desta pesquisa mostra que são bastante jovens, com média de 23,8 anos de idade; todos concluíram o curso em 4 anos, prazo regulamentar e a maioria é teresinense.

Quanto a formação e a ação destes profissionais constatou-se que a maioria dos participantes da amostra se identifica com a musculação, e afirma que sentiu, inicialmente, dificuldades para exercer a profissão, pois reconhecem que o curso não prepara para a atuação na área não-escolar.

Reputam a docência no ensino superior como o melhor campo de atuação e a docência na educação básica privada, como a pior. Mostram ter pouco conhecimento sobre as leis que regem a formação e atuação profissional.

Como motivos pelo encaminhamento pela área não-escolar, percebeu-se que os licenciados estão atuando em academias pela oportunidade de emprego, pela facilidade na prática profissional e pela necessidade financeira. Mas mesmo se identificando com a área, a

maioria não pretende continuar e investir na mesma, estando em busca de estabilidade profissional que possa ser concedida em empregos da área escolar.

Também foi verificado que as experiências do estágio extracurricular provavelmente influenciaram a escolha da área de atuação destes profissionais.

Enfim, estudos mais aprofundados sobre o tema devem ser realizados a fim de se poder crivar os genuínos motivos e circunstâncias que influenciaram estes profissionais a se identificar pela área não-escolar. Levando-se em consideração a situação do estágio extracurricular e a influência que o mesmo pode ter na futura escolha da área de atuação.

Assim, sugere-se que a universidade deve proporcionar estágios extracurriculares na área de formação dos alunos (escolar). A criação de novos programas e a ampliação de programas como o PIBID, para que mais estudantes sejam beneficiados, devem ser considerados, pois proporcionam aos licenciandos, vivência e experiência na área escolar, e assomam os interesses dos alunos em atuar pela referida área.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre a lei do estágio aos estudantes. Legislação Brasileira. Disponível em: < www.jusbrasil.com.br> Acesso em: 29 jun. 2012.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Programa Institucional de Iniciação à Docência** – PIBID. Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior – CAPES. Disponível: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid> . Acesso: 29 jun. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Resolução CONFEF 046/2002. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os campos de atuação profissional. **Documento de Intervenção do Profissional de Educação Física**. Disponível em: <www.confef.org.br> Acesso em: 10 jun. 2012.

_____. Resolução CONFEF nº 024/2000. Dispõe sobre a regulamentação do estágio extracurricular para os acadêmicos de curso de graduação em Educação Física quando realizado em Escolas, empresas, academias, clubes, hospitais, clínicas, hotéis e outros, e dá outras providências. **Conselho Federal de Educação Física**. Disponível em: <www.confef.org.br> Acesso em: 25 jun. 2012.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. Trad. Renata Gaspar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GAYA, A. Educação Física: A vertente pedagógica da cultura corporal do movimento humano ou 100 parágrafos em defesa da formação única: Subsídios para o debate sobre a reformulação curricular na EsEF-UFRGS, 2009.

GHIRLARDI, R. Formação Profissional em Educação Física: a relação teoria e prática. **Motriz**, São Paulo, v. 4, n 1, p. 1-11, junho, 1998.

GOETZE, A. D. **A Influência do Estágio Curricular Não Obrigatório na formação e atuação Profissional**. Monografia (Bacharelado em Educação e Esportes) Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FARIA JÚNIOR, A. G. Perspectiva na formação profissional em Educação Física. In: MOREIRA, W. W. (Org.). **Educação física & esporte**: perspectivas para o século XXI. Campinas, SP: Papirus, 1993.

MARTINS, I. C. & BATISTA, J. C. F. Educação física, formação e prática profissional. In: DE MARCO, A (Org.). **Educação física**: cultura e sociedade. Campinas: Papirus, 2006.

RAMOS, G.N. S; JUNIOR, L. G; JUNIOR, L.C.P; SANTOS, L. C; ANDRADE, M. R. Egressos do Curso de Educação Física da Universidade Federal de São Carlos (1997-2003): formação e atuação. **Movimento e Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 9, n. 13, p. 249 - 265, jul./dez., 2008.

RAMOS, G. N. S. Os estágios extracurriculares na preparação profissional em educação física. **Movimento e Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 1, p. 127-141, 2002.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 9ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SILVA, O. O. N. Licenciatura e Bacharelado em Educação Física: diferenças e semelhanças. **Espaço Acadêmico**, n 124, p.76 – 84, 2011.

THOMAS, J. R; NELSON, J.K. **Métodos de pesquisas em atividade física**. 3. Ed, Porto Alegre Artmed, 2002.

Autor Principal

Leonardo Coelho de Deus Lima

Endereço: Rua Prof. Alceu Brandão, 3080, Cond. Vila Confiança, Bl.G, Apto.301, Bairro Macaúba, Teresina, Piauí, Brasil

Fone: (86) 8823-5773/3229-8920

E-mail: leonardoufpi@hotmail.com